



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

Processo Administrativo nº 0002162-79.2023

Referência: Resolução CNJ 468/2022

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços técnicos especializados para manutenção preventiva e corretiva, atendimento emergencial aos sistemas e subsistemas que compõem a infraestrutura de missão crítica do DATACENTER, com fornecimento de peças de reposição, bem como os materiais auxiliares necessários para a realização dos serviços.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE/ MESES	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL (12 meses)	Valor Total (60 meses)	Intervalo mínimo entre os lances
1	Prestação de serviços técnicos especializados para manutenção preventiva e corretiva, atendimento emergencial aos sistemas e subsistemas que compõem a infraestrutura de missão crítica do DATACENTER, com fornecimento de peças de reposição, bem como os materiais auxiliares necessários para a realização dos serviços.	16810	Meses	60	R\$ 27.129,54	R\$ 325.554,48	R\$ 1.627.772,40	R\$ 15,00

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O prazo de execução da contratação é de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. O serviço é enquadrado como **continuado** tendo em vista que servem para a manutenção da atividade administrativa, decorrente de necessidades permanentes, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar e as justificativas abaixo:

1.5.1. Estabelecer um contrato continuado plurianual para garantir estabilidade e previsibilidade para as

operações de TIC, permitindo que a equipe de TIC se concentre no desenvolvimento e aprimoramento contínuo de sistemas, sem a necessidade constante de procurar e contratar novos prestadores.

1.5.2. Obter condições mais favoráveis em termos de preço e garantir eficiência financeira, ao oferecer segurança de longo prazo ao fornecedor de serviços de TIC, tornando-os mais competitivos e capazes de ofertar melhores valores.

1.5.3. Estabelecer um relacionamento sólido e de longo prazo com fornecedores de serviços de TIC, promovendo uma parceria estratégica, colaboração estreita, comunicação eficiente e alinhamento com objetivos, resultando em uma melhor entrega dos serviços de TIC.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

2.1. ITEM 1 - Prestação de serviços técnicos especializados para manutenções preventiva (periódica) e corretiva, atendimento emergencial aos sistemas e subsistemas que compõem a infraestrutura de missão crítica do DATACENTER (adquirido em 2017), com fornecimento de peças de reposição, bem como os materiais auxiliares necessários para a realização dos serviços.

2.1.1. Com o objetivo de aumentar a segurança dos dados hospedados no TRE-MS, a empresa a ser CONTRATADA para manutenção preventiva e corretiva no Datacenter Container, não poderá ser a mesma que já presta serviços de manutenção preventiva e corretiva para o Rack Cofre. Pretende-se, com isso, evitar que uma mesma empresa preste serviços para os dois equipamentos, haja vista que na ocorrência de uma eventual falha e/ou paralização dos serviços daquela empresa, por qualquer motivo, causaria a parada das manutenções tanto do Datacenter Container quanto do Rack Cofre.

2.1.2. Pelo disposto na cláusula 2.1.1 a empresa LCSTECH COMERCIAL LTDA, CPNJ 06.133.353/0001-46 fica impedida de participar desta licitação.

Requisitos gerais

2.2. O escopo do serviço de manutenção programada preventiva, monitoramento remoto e manutenção corretiva do ambiente de alta disponibilidade envolverão todos os componentes descritos abaixo:

2.2.1. ENERGIA

2.2.1.1. A Solução do datacenter possui uma subestação com abrigo. Frequência elétrica utilizada em toda a Solução: 60Hz (Trifásico).

2.2.1.2. A Solução é equipada com para-raios.

2.2.1.3. A Solução possui malha de aterramento em conformidade com as normas técnicas NBR 5410, NBR 5419.

2.2.1.4. A Solução possui 02 (dois) Quadros de energia internos (sendo 1 redundante). Fonte de alimentação 380V AC (trifásica) em redundância.

2.2.1.5. Os racks possuem 02 (duas) "PDUs" (Power Distribution Unit), cada uma conectada a um cabeamento elétrico distinto. Os quadros são organizados de forma a facilitar a manutenção.

2.2.1.6. O Nível de proteção contra surtos é Nível B com um aumento máximo de corrente de 60 kA.

2.2.1.7. O Nível de Proteção do gabinete: IP20.

2.2.1.8. A Solução possui 02 (dois) geradores de energia de 116KVA (standby) cada (sendo 1 redundante). Permite reabastecimento em funcionamento. Saída: 380V.

2.2.1.9. São realizadas duas partidas semanais para aferição do estado do gerador. A CONTRATANTE deverá receber aviso através do Sistema de Monitoração do Ambiente e "Dashboard" da Solução, quando ocorrerem partidas do gerador (avisos de sucesso ou falha).

2.2.1.10. A Solução possui 02 (dois) nobreaks, com capacidade para suportar sozinho carga de no mínimo 30KVA (sendo 1 redundante). Deverão gerar relatório de alarmes. Há led indicativo de sobrecarga e alerta com base em limites de alarme definidos pela CONTRATANTE. Possui proteção contra sobrecarga.

2.2.2. RACKS

2.2.2.1. A Solução possui 08 Racks (2 Nobreaks / 1 Redes / 3 Servidores / 2 Storages) de 40Us.

2.2.2.2. Possui também 02 KVMs + 02 Servers Switches.

2.2.3. REFRIGERAÇÃO

2.2.3.1 A Solução possui sistema de Ar condicionado de precisão, específico para ambientes de alto fator de calor sensível. A temperatura interna é mantida em conformidade com a Norma NBR 11515. Utiliza gás R410 (ecológico) ou similar com características superiores. Com controle de umidade e filtragem de ar. Informações sobre o funcionamento da refrigeração, incluindo alarmes, mensagens de erro e indicadores, deverão ser enviadas para sistema de monitoramento local e remoto (Sistema de Monitoração do Ambiente).

2.2.4. ESTRUTURA FÍSICA DO DATACENTER

2.2.4.1. As medidas da Solução são: 6,70 metros x 18 metros (largura x comprimento). A pintura

possui proteção especial para resistir às intempéries pelo período de 10 (dez) anos.

2.2.4.2. As paredes externas do Datacenter são feitas de aço, com tratamento de superfície com pintura e tratamentos que garantam proteção contra água, pó, ferrugem e bolor.

2.2.4.3. Todas as interfaces externas da solução atendem o nível IP55 da norma IEC60529, referentes às proteções contra poeira e água.

2.2.4.4. Possui proteção contra incêndio: Fogo externo no mínimo F60min, até 1100 graus Celsius, conforme norma NBR10636.

2.2.4.5. Toda a solução é estanque.

2.2.4.6. A Solução possui piso elevado.

2.2.4.7. A Solução possui proteção contra arrombamento (portas de acesso externo): WK4 (ou uso de machado ou máquinas alimentadas à bateria).

2.2.4.8. As portas são estanques, de modo a evitar a entrada de gases e vapores vindos do ambiente externo.

2.2.4.9. As portas possuem mecanismos que impedem que se mantenham abertas (mola que permite o fechamento automático), para que não haver troca de calor com o ambiente externo, e entre os corredores de ar quente e ar frio.

2.2.4.10. A fechadura das portas de acesso externo possuem travamento automático e o acionamento é eletromecânico para controle de acesso, mas totalmente livre para saída, com barra antipânico que permite às pessoas saírem da sala mesmo com a porta trancada, por essa razão a abertura da porta é para fora.

2.2.4.11. Possui proteção mínima contra arrombamento (demais superfícies externas da Solução): WK3 (ou uso de pé-de-cabra).

2.2.4.12. O corredor Frio possui largura de 0,9 m. O corredor Quente possui largura de 0,55 m. O corredor de ar quente, corredor de ar frio e antessala, são separados por portas internas.

2.2.4.13. A iluminação interna possui iluminação normal e de emergência. Em ambos os tipos de iluminação, são lâmpadas de led.

2.2.4.14. As lâmpadas de emergência são automaticamente ativadas em caso de falta de energia da concessionária. Estas são alimentadas por baterias recarregáveis com autonomia de no mínimo 12 horas e fornecem proteção contra sobrecarga e sobredescarga.

2.2.4.15. A iluminação externa conta com luminárias com sensor de presença de forma a iluminar as portas da Solução e adjacências.

2.2.4.16. As passagens blindadas para cabos e tubulações permitem que alterações necessárias possam ser realizadas. As caixas de passagem garantem a vedação de isolamento térmico tipo blindado, mesmo no caso de cabos com capas plásticas. O sistema de blindagens é modular, permitindo o remanejamento de cabos.

2.2.5. CFTV

2.2.5.1. São 7 câmeras, sendo 3 internas e 4 externas. Possui NVR para gravação das imagens. Com sensor de movimento. As imagens internas tem gravação por movimento, enquanto as imagens externas tem gravação contínua.

2.2.5.2. O monitoramento Dia/Noite possui LEDs infravermelhos com ativação automática.

2.2.5.3. As câmeras externas possuem proteção contra intempéries IP 55 e proteção contra vandalismo.

2.2.6. SENSORES / MONITORAMENTO / DETECÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO

2.2.6.1. A Solução possui sensores de temperatura/umidade, de vazamentos, de abertura, fechamento de portas, presença e de fumaça/fotoelétricos.

2.2.6.2. A Solução possui um sistema de controle de acesso ao Datacenter através de biometria (com invólucro externo para proteção contra intempéries e portinhola do invólucro sendo fechada sem utilização de chave). Suporta dois tipos de acesso: cartão de acesso por proximidade e detecção de dedo vivo.

2.2.6.3. Notifica, através do Sistema de Monitoração do Ambiente, nome do usuário, data e a hora de acesso autorizado, ou para tentativa de acesso não autorizado, data e hora da tentativa do acesso.

2.2.6.4. A solução possui um Sistema de Monitoração do Ambiente que permite o gerenciamento local e remoto de suas condições ambientais e de todos os subsistemas que compõem a Solução, de forma a permitir que os sinistros totais possam ser monitorados.

2.2.6.5. Sensores e demais componentes do Sistema de Monitoração do Ambiente:

2.2.6.5.1. 02 (dois) sensores de temperatura/umidade.

2.2.6.5.2. 02 (dois) sensores de detecção de vazamentos.

2.2.6.5.3. Sensores de abertura/fechamento de portas e portão do gradil.

2.2.6.5.4. 02 (dois) detectores de fumaça fotoelétricos.

- 2.2.6.5.5. Sensores de presença externos infravermelhos ativos.
- 2.2.6.5.6. Sensores de presença internos cobrindo toda a área da Sala de TI e Antessala da Solução.
- 2.2.6.6. A Solução possui servidor de Gerenciamento., com equipamentos de múltiplas entradas para composição do sistema de gerenciamento.
- 2.2.6.7. A Solução possui Sistema de Monitoração do Ambiente.
- 2.2.6.8. A Solução possui KVM (Teclado, Monitor e Mouse). Console de 17 polegadas (Monitor, Teclado e Mouse em um único equipamento dobrável).
- 2.2.6.9. A Solução possui Sistema de Combate a Incêndios.
 - 2.2.6.9.1. Possui Painel de Controle de alarme de incêndio.
 - 2.2.6.9.2. Possível detecção da queda de fornecimento de energia da concessionária.
 - 2.2.6.9.3. Possui cilindro de gás contra incêndio.
 - 2.2.6.9.4. Possui alarme Sonoro e luminoso.
 - 2.2.6.9.5. Possui controle eletrônico de abertura e fechamento da porta principal.
 - 2.2.6.9.6. Possui leitora de cartões por proximidade e digital de dedo vivo.
 - 2.2.6.9.7. A Solução envia mensagens de e-mail para, no mínimo, 04 (quatro) destinatários distintos, traps SNMP para um servidor de gerenciamento e ainda o envio de mensagens SMS para celulares configurados.
 - 2.2.6.9.8. A Solução possui detecção de incêndio Via HSSD (Detecção de fumaça de alta densidade)
 - 2.2.6.9.9. A Solução possui Sistema de Combate a Incêndios (HFC-227ea, ECARO, FM200 ou NOVEC). O sistema de combate a incêndio distingue, monitora e controla mensagens que reportem problemas, alarme de incêndio, atraso de liberação de gás e lançamento de gás, permitindo a programação do tempo de atraso do primeiro e do segundo alarme de incêndio. O sistema de combate a incêndio possui os seguintes controles:
 - 2.2.6.9.9.1. Botão de emergência “start/stop” que permite que seja feito o “start” ou “stop” do gás de extinção de incêndio em situações de emergência.
 - 2.2.6.9.9.2. Conecta a uma chave manual para configurar o status operacional do sistema.
 - 2.2.6.9.9.3. Possui um indicador de saída de gás.
 - 2.2.6.9.9.4. Possui dois sinais sonoros e luminosos de alarme, um interno ao Datacenter e outro externo. O som pode ser interrompido por um botão externo, no painel ou através do botão de “start/stop” de alarme.
- 2.2.7. CABEAMENTO DE REDES
 - 2.2.7.1. Cabeamento metálico interno do Datacenter:
 - 2.2.7.1.1. Para cada rack de TI ou Nobreak, há 24 pontos devidamente acomodados em patchpanels.
 - 2.2.7.1.2. Para o rack de switch: Concentrou todos os pontos dos demais racks (distribuídos em patchpanels de 48 portas).
 - 2.2.7.1.3. O cabeamento metálico, patchpanel e demais elementos são compatíveis com categoria 6.
 - 2.2.7.1.4. Todo o cabeamento foi certificado.
- 2.2.8. EQUIPAMENTOS
 - 2.2.8.1. Manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos abaixo que encontram-se fora de garantia:
 - 2.2.8.1.1. 02 Switches FC CISCO MDS9148S - 48 portas 16Gb;
 - 2.2.8.1.2. 01 Switch KVM FY452 Poweredge 2161DS-2;
 - 2.2.8.1.3. 01 Storage DELL EMC 450F 40TB Líquidos (All Flash) - 1 disco danificado e 14 disco estão em fim de vida (end of its service life);
 - 2.2.8.1.4. 01 Servidor SUPERMICRO 2028R-C1R;
 - 2.2.8.1.5. 01 Tape Library - Storage Works MSL 4048-2 LTO05, 48 cartuchos; e
 - 2.2.8.1.6. 01 Servidor DELL PowerEdge R710.
 - 2.2.8.2. Haverá a necessidade de manutenção corretiva inicial porque possuímos equipamentos que já estão com algum item com defeito.
- 2.2.9. A Solução possui também barreira de contenção de veículos com gradil com portão, com controle de acesso por meio de cartão de acesso por proximidade. O controle de acesso é integrado ao mesmo banco de dados utilizado na entrada biométrica da Solução.

2.2.10. A Solução possui reservatório para coleta de óleo para grupo gerador.

2.3. Prestação de serviços contínuos de suporte e de manutenção preventiva e corretiva, em regime 24h por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano, com fornecimento de peças e quaisquer outros insumos necessários, para os itens abaixo:

2.3.1. Datacenter Modular Seguro Outdoor: Equipamento tipo datacenter modular corta fogo 60 minutos (marca TIER4), devendo contemplar o datacenter modular, o piso elevado e a limpeza;

2.3.2. Energia: Deve contemplar os Painéis de Baixa, a UPS/Uninterruptible Power Supply, baterias e Grupos Moto Gerador (GMG);

2.3.3. Climatização (Precisão): 03 Evaporadoras e 03 Condensadoras;

2.3.4. Detecção e Combate a Incêndio: Sistemas de Detecção Precoce e de Combate Automático;

2.3.5. Monitoramento e Segurança: Sistema de controle e monitoramento (supervísório) e CFTV;

2.3.6. Treinamento, Auditoria Física, Dynamic As Built e demais entregas conforme especificações (Anexo I.c).

2.3.7. Hardware: Switches, Storage, Servidores.

2.3.8. Entende-se por:

2.3.8.1. PEÇAS ORIGINAIS - aquelas projetadas pelo próprio fabricante do equipamento, com composição idêntica àquelas instaladas no equipamento ao sair da fábrica. Apresentam a mesma durabilidade, confiabilidade e garantia do fabricante. Serão exigidas peças originais para os subsistemas de energia, climatização e detecção e combate a incêndio, excetuando-se os itens de consumo tais como baterias, lâmpadas e gás extintor, dentre outros;

2.3.8.2. PEÇAS EQUIVALENTES - as de propriedades técnicas idênticas à utilizada na fabricação do datacenter modular, mantendo a perfeita compatibilidade física e funcional, produzindo os mesmos efeitos, sem quaisquer imperfeições, tais como elementos estruturais, de vedação, químicos, painéis, luminárias, dentre outros.

2.4. EXECUÇÃO DO SERVIÇO

2.4.1. Os serviços corretivos serão executados por demanda, conforme solicitação do CONTRATANTE, respeitando os prazos estabelecido no Anexo I.a, deste Termo de Referência;

2.4.2. Os serviços preventivos deverão ser executados de acordo com calendário pré-estabelecido entre CONTRATADA e CONTRATANTE;

2.4.2.1. As não conformidades encontradas nos serviços preventivos deverão ser sanadas de acordo com os prazos estipulados no Anexo I.A deste Termo de Referência;

2.4.3. A CONTRATADA deverá entregar e instalar peças e acessórios novos, originais e de primeiro uso, necessários ao perfeito funcionamento dos sistemas e subsistemas de acordo com este Termo de Referência;

2.4.3.1. A CONTRATADA deverá prestar o atendimento técnico remoto e on-site, a fim de garantir a continuidade da manutenção, correções de firmwares (desde que o fabricante disponibilize em seu portal e seja de domínio público) e substituições de peças e componentes, possibilitando mantê-los em boas condições de uso e funcionamento.

2.4.4. A CONTRATADA deverá entregar relatório mensal descrevendo as condições do ambiente, as manutenções realizadas, a descrição dos chamados abertos e agendados;

2.4.5. A CONTRATADA deverá prover, ao CONTRATANTE, treinamentos com periodicidade anual para uma equipe de até cinco pessoas, a qual é responsável pela operação do datacenter modular;

2.4.6. A execução dos serviços se dará a partir da apresentação da ART de acordo com a previsão do item 5.2 deste Termo de Referência, para as manutenções corretivas e suporte, e, para as manutenções preventivas, será de acordo com cronograma a ser estabelecido entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

2.5. MANUTENÇÃO PREVENTIVA

2.5.1. Manutenção preventiva é uma ação planejada e sistemática de tarefas de prevenção, controle e monitoramento, com o objetivo de reduzir ou impedir falhas no desempenho de equipamentos, conforme especificado em seu projeto, manuais e normas técnicas específicas.

2.5.2. Após a realização dessa manutenção, a CONTRATADA deverá entregar o relatório dos serviços realizados contendo identificação do técnico responsável pelo atendimento, horário de início e término do atendimento e descrição da intervenção realizada.

2.5.3. As não-conformidades encontradas nesta manutenção deverão ser sanadas nos prazos estipulados no Anexo I.A neste Termo de Referência.

2.5.4. A CONTRATADA deverá realizar manutenção preventiva, conforme tabela do anexo I.b, no que couber, para cada item do objeto em contratação.

2.6. MANUTENÇÃO CORRETIVA

2.6.1. Trata-se de manutenção não periódica, causada por falhas e erros, e da correção dos danos não contemplados pela manutenção preventiva.

2.6.2. A manutenção corretiva destina-se a recolocar o ambiente seguro, equipamentos do datacenter

modular e de TIC em perfeito estado de funcionamento após a ocorrência de incidentes. Compreende, inclusive, a substituição de peças, ajustes e reparos, de acordo com as normas técnicas específicas para os equipamentos, seguindo as recomendações dos fabricantes.

2.6.3. Os serviços de manutenção corretiva deverão ser realizados mediante abertura de chamados pelo CONTRATANTE.

2.6.4. O serviço de manutenção corretiva poderá ocorrer a qualquer tempo, 24 horas por dia, 7 dias por semana.

2.6.5. Os chamados deverão ser executados nos prazos estipulados no Anexo I.a deste Termo de Referência.

2.6.6. Esta manutenção poderá ser agendada para atender a conveniência do CONTRATANTE.

2.6.7. A CONTRATADA prestará os serviços de manutenção dos ambientes seguros independente dos acessórios ou outros equipamentos que estejam a estes conectados.

2.6.8. Caso sejam identificadas quaisquer anormalidades, estas devem ser imediatamente informadas ao CONTRATANTE.

2.6.8.1 Após a realização desta manutenção, a CONTRATADA deverá emitir e entregar relatórios ao CONTRATANTE contendo as anomalias encontradas, ações realizadas, componentes substituídos e resultados dos testes de funcionalidade.

2.6.9. A CONTRATADA é obrigada a substituir os componentes e peças em parte ou no todo por peças e componentes novos de primeiro uso e de qualidade e especificação iguais ou superiores às existentes atualmente.

2.6.9.1. Componentes remanufaturados ou reconicionados não serão considerados novos de primeiro uso.

2.6.10. Caso sejam verificadas anormalidades na pintura dos ambientes seguros, a CONTRATADA é obrigada a restabelecer as características originais da parte afetada ou da totalidade, mantendo a uniformidade do ambiente em que se prestará a manutenção.

2.6.11. Quando houver necessidade da retirada de peças ou equipamentos do ambiente para manutenção, a CONTRATADA obriga-se a substituí-los de imediato por equipamentos ou componentes equivalentes de mesma configuração ou superior, enquanto perdurar o conserto, assegurando a continuidade de funcionamento do ambiente em sua plenitude.

2.6.12. Os itens ativos abrangidos por esta manutenção estão descritos nos Anexos deste Termo de Referência (Anexo I.a e I.b).

2.6.13. A abertura de chamados para manutenção corretiva, deverá ser realizado de forma automática por Central própria da CONTRATADA, que deverá monitorar em tempo real 24x7x365, as informações disponibilizadas pelo sistema de monitoramento do ambiente. Os chamados corretivos também poderão ser efetuados pela equipe técnica responsável pela operacionalização do datacenter modular ou pela fiscalização, tanto diretamente pela WEB, aplicativo de mensagem instantânea ou por telefone para a Central da CONTRATADA.

2.6.13.1. A equipe responsável pela operacionalização compreende os servidores da CONTRATANTE.

2.6.14. Se julgar necessária, a fiscalização poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informação, por escrito, da origem dos materiais ou peças empregados no serviço.

2.7. CHAMADO DE SUPORTE

2.7.1. Suporte é a intervenção feita pela CONTRATADA para solução de uma demanda específica no datacenter modular.

2.7.2. Após a realização deste atendimento, a CONTRATADA deverá entregar o relatório dos serviços realizados contendo identificação do técnico responsável, horário de início e término do atendimento e descrição da intervenção realizada.

2.7.3. Os chamados de suporte englobam os itens abaixo:

2.7.3.1. Atendimento aos chamados cujos alarmes estejam sendo detectados pela equipe responsável pela monitoração do datacenter modular – Grau 5 do Anexo I.B deste Termo de Referência.

2.7.3.2. Abertura de blindagens conforme solicitação – Grau 2 do Anexo I.B deste Termo de Referência.

2.7.3.3. Fornecer as built do Data Center Modular conforme solicitação – Grau 1 do Anexo I.B deste Termo de Referência.

2.7.3.4. Remanejamento de placa do piso elevado conforme solicitação – Grau 2 do Anexo I.B deste Termo de Referência.

2.7.3.5. Realizar estudo, quando solicitado, para viabilizar a instalação de novos ativos de TI, verificando sua potência para que, desta forma, não sejam ultrapassados os limites de climatização do ambiente e de capacidade dos circuitos elétricos – Grau 2 do Anexo I.B deste Termo de Referência.

2.7.3.6. Instalação de novos circuitos elétricos para atender a alimentação de novas instalações de ativos de TI alocados no datacenter modular – Grau 2 do Anexo I.B deste Termo de Referência.

2.7.3.7. Disponibilizar equipe técnica na Sede do CONTRATANTE para pronto atendimento presencial em eventos, tais como pleitos eleitorais (véspera do pleito das 8 às 20 horas e o dia do pleito a partir das 5 horas até o fim da totalização de votos) e desligamentos e reenergização do datacenter modular (previamente agendados pelo Contratante), durante todo o período do evento – Grau 2 do Anexo I.B deste Termo de Referência.

2.7.3.8. Realizar treinamento para a equipe técnica do Contratante – Grau 1 do Anexo I.B deste Termo de Referência. O prazo para atendimento dos chamados é o definido no Anexo I.b deste Termo de Referência, conforme o grau estabelecido para cada atendimento, sendo que o não cumprimento no prazo estipulado poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no Contrato.

2.7.4. Para todo chamado, a CONTRATADA deverá informar: número de protocolo, horário de abertura, identificação do atendente e grau de severidade atribuído pelo CONTRATANTE.

2.8. MONITORAMENTO EM TEMPO REAL

2.8.1. A CONTRATADA deverá ser responsável pelo monitoramento remoto do site integrado ao sistema de gestão de manutenção, onde o atendimento deverá ser monitorado através de uma Central Integrada de Monitoramento e Acionamento de Sistemas de Suporte Técnico.

2.8.2. A rede criada para o monitoramento remoto deverá ser independente não possuindo vínculo com a rede local não causando quaisquer problemas com relação a segurança de rede. O TRE-MS disponibilizará uma máquina virtual onde será instalado um proxy, criando assim a sua porta de saída de informações para a Central de Monitoramento.

2.8.3. A Central de Monitoramento deverá receber as informações através dos links, onde deverá possuir um sistema totalmente redundante, garantindo assim o monitoramento simultâneo dos sistemas remoto.

2.8.4. O monitoramento deverá ser via sistema e qualquer problema neste equipamento, uma equipe deverá ser deslocada para a troca do mesmo e reconstituir a comunicação.

2.8.5. Na Central de Monitoramento, deverá existir um sistema de monitoramento através de imagens e acionamentos, onde uma equipe dedicada deverá monitorar 24x7 os sistemas de alarme e desvios de funcionamento do datacenter através de geoprocessamento, onde os mapas deverão ser visualizados, assim como seus alarmes.

2.8.6. Na equipe de monitoramento deverá possuir sempre, no mínimo, dois operadores 24x7 mais supervisão para a realização de monitoramento, acionamento e comunicação de qualquer anomalia do site monitorado.

2.8.7. Deverá ser realizado o monitoramento do sistema crítico de segurança do site, conforme informações disponibilizadas pelo sistema de Monitoramento existente.

2.8.8. Deverá possibilitar o reconhecimento prévio da ocorrência antes da chegada da equipe de suporte técnico, realizando o acionamento proativo e imediato das equipes volantes.

2.8.9. Deverá ser realizado um plano de comunicação e acionamento pré-definido com a CONTRATANTE.

2.8.10. É facultado à CONTRATADA utilizar o sistema de monitoramento existente atualmente no TRE-MS (DCIM Elite).

2.8.11. Será exigida POC (Prova de Conceito) para os sistema de monitoramento, independente se a CONTRATADA optar por utilizar o existente no TRE-MS.

2.9. PLATAFORMA DE GESTÃO

2.9.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar uma plataforma de gestão integrada, que será uma ferramenta robusta para prover gerenciamento da infraestrutura de TI, abertura de chamados, gestão de ativos, acompanhamento em tempo real dos chamados em aberto/andamento e histórico dos chamados fechados através do acesso ao banco de dados, devendo possibilitar emissão de relatórios diversos, indicando a performance de atendimento ao SLA estipulado em contrato, quantidade de chamados corretivos mensais, comparativo de quantidade de corretivas mensais, emissão de relatórios, com interface WEB.

2.9.2. A plataforma de gestão deverá possibilitar à CONTRATANTE em tempo real, no mínimo, as seguintes atividades:

2.9.2.1. Ordens de Serviço:

2.9.2.1.1 Abertura de chamados para as modalidades corretivas e evolutivas, com a devida classificação por prioridade (baixa média, alta, crítica), categorizando por ativo de infraestrutura e por disciplinas;

2.9.2.1.2. Alteração de datas pré-agendadas para manutenção preventivas e preditivas;

2.9.2.1.3. Acompanhamento do andamento da resolução da ordem de serviço aberta;

2.9.2.1.4. Fechamento on-line da Ordem de Serviço após o término do atendimento e aprovação da CONTRATANTE;

2.9.2.1.5. Avaliação do atendimento técnico pelo CONTRATANTE;

2.9.2.1.6. Consulta em tempo real do cumprimento do SLA contratual.

2.9.2.2. Gestão dos Ativos:

2.9.2.2.1. Cadastro completo dos ativos de infraestrutura do ambiente crítico e dos demais ambientes contemplados no contrato;

2.9.2.2.2. Indicação e controle do vencimento de garantia, quando aplicável;

2.9.2.2.3. Possibilitar emissão de relatório por equipamento cadastrado, demonstrando as preventivas e corretivas realizadas;

2.9.2.3. Base de dados e documentos

2.9.2.3.1. Solução de Informação do Gerenciamento da Disponibilidade, conforme boas práticas da ITIL, ou seja, repositório virtual contendo todos os dados dos equipamentos contemplados em contrato, permitindo a CONTRATANTE possuir um banco de dados específico para auditorias, como:

- Manuais
- Desenhos técnicos
- Relatórios
- Atas de Reunião
- Histórico de OS
- Tutorias
- Procedimentos de emergência

2.9.2.4. Relatório

2.9.2.4.1 Apresentação de Dashboard em tempo real;

2.9.2.4.2. Indicadores personalizados de desempenho;

2.9.2.4.3. Emissão de relatórios em tempo real com no mínimo as seguintes configurações:

- Quantidade de Ordem de Serviço;
- Modalidade (preventiva, corretiva, preditiva e evolutiva);
- SLAs;
- Disciplina;
- Severidade;
- Por período;
- Por planta;
- Origem do chamado (abertura remota, e-mail, telefone, aplicativo de mensagem instantânea);

2.10. GARANTIA

2.10.1. A CONTRATADA garantirá os serviços enquanto forem realizadas as manutenções, obrigando-se a executar quantas manutenções forem necessárias para manter o datacenter modular em perfeitas condições de funcionamento e operação.

2.10.2. Fica estabelecido que, caso os serviços executados apresentem qualquer defeito durante o período de garantia, a CONTRATADA obriga-se a promover o respectivo reparo.

2.10.3. A garantia relativa aos serviços efetivamente realizados (incluindo-se as peças fornecidas) estender-se-á pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses a partir da realização do serviço, com exceção dos itens listados no item 5.2.

2.10.3.1. O prazo para a substituição ou realização do conserto dos materiais que apresentarem defeito dentro do prazo de garantia observará o disposto no Anexo I.B deste Termo de Referência.

2.10.3.2. O custo e a responsabilidade pelo recolhimento e a entrega do produto que apresentar defeito durante o prazo de garantia será da CONTRATADA.

2.10.3.3. Haverá exigência da garantia da contratação do artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10.3.3.1. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da execução dos serviços.

2.11. RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

2.11.1. Mensalmente, a CONTRATADA deverá elaborar e entregar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços, à Fiscalização do Contrato, um relatório de atividades para cada item do objeto deste Termo de Referência, com a discriminação dos serviços realizados.

2.11.2. O relatório de atividades deverá ser emitido pelo representante técnico ou preposto da CONTRATADA contendo, no mínimo:

- 2.11.2.1. Identificação do Relatório de Atividades.
- 2.11.2.2. Data da Emissão.
- 2.11.2.3. Número do Contrato.
- 2.11.2.4. Vigência do Contrato.
- 2.11.2.5. Manutenção preventiva:
 - 2.11.2.5.1. Número de atendimentos preventivos, realizados no mês de referência.
 - 2.11.2.5.2. Descrição das atividades relacionadas a cada atendimento de manutenção preventiva, detalhando quais as peças foram trocadas para controle do prazo de garantia.
- 2.11.2.6. Manutenção corretiva:
 - 2.11.2.6.1. Número de chamados abertos no período.
 - 2.11.2.6.2. Número de chamados concluídos no período.
 - 2.11.2.6.3. Descrição dos incidentes relacionados a cada chamado e a correspondente descrição detalhada da solução aplicada, incluindo as peças trocadas, para controle do prazo de garantia.
- 2.11.2.7. Serviços executados de suporte:
 - 2.11.2.7.1. Número e tipo de chamados de suporte.
 - 2.11.2.7.2. Número e tipo de chamados de suporte concluídos no período.
 - 2.11.2.7.3. Descrição dos serviços executados de suporte no período.

2.12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

2.12.1. Para fins de aceitação da propostas, será exigida a apresentação de Prova de Conceito:

- 2.12.1.1. Será exigido, no prazo de 3 (três) dias a contar da solicitação do Pregoeiro, apresentar PROVA DE CONCEITO (teste/demonstração da capacidade técnica), do licitante primeiro colocado, comprovando que atende aos requisitos básicos necessários ao desempenho das atividades constantes neste Termo de Referência relativo à Plataforma de Gestão, conforme orientações abaixo:
- 2.12.1.2. A prova de conceito deverá ser realizada por um único colaborador da empresa melhor classificada;
- 2.12.1.3. Apresentar a completa disponibilidade da ferramenta com os entregáveis exigido;
- 2.12.1.4. A prova de conceito será pública, sendo permitido o acompanhamento por todos os interessados.
- 2.12.1.5. Roteiro de demonstração:
 - 2.12.1.5.1. Acesso à Plataforma de Gestão;
 - 2.12.1.5.2. Abertura de Ordem de Serviços pela Plataforma;
 - 2.12.1.5.3. Simulação de um ciclo completo de Ordem de Serviço (andamento/finalizada);
 - 2.12.1.5.4. Avaliação das funcionalidades do Módulo Gestão de Ativos;
 - 2.12.1.5.5. Avaliação das funcionalidades do Módulo Base de Dados e Documentos;
 - 2.12.1.5.6. Emissão de relatórios exigidos neste Termo de Referência;
 - 2.12.1.5.7. Tempo para execução: 1 dia
 - 2.12.1.5.8. Avaliação
- 2.12.1.6. A execução da demonstração será avaliada pela Unidade Requisitante, seguindo o roteiro acima, momento em que serão utilizados os termos “conforme” ou “não conforme” a fim de registrar aprovação/desaprovação da solução apresentada.
- 2.12.1.7. Um ou mais itens avaliados como “não conforme” implicará na imediata desqualificação da licitante.
- 2.12.1.8. Aprovada na Prova de Conceito e comprovado o atendimento das demais especificações editalícias, a licitante terá a objeto ACEITO.
- 2.12.1.9. Reprovada na demonstração de Capacidade Técnica a licitante terá seu objeto recusado e o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade e procedendo a Prova de Conceito, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências do Edital.
- 2.12.1.10. Será exigido, no prazo de 3 (três) dias a contar da solicitação do Pregoeiro, apresentar PROVA DE CONCEITO (teste/demonstração da capacidade técnica), do licitante primeiro colocado, comprovando que atende aos requisitos básicos necessários ao desempenho das atividades constantes neste Termo de Referência relativo ao Sistema de Monitoramento em Tempo Real, constantes dos itens 2.8. MONITORAMENTO EM TEMPO REAL, exceção dos itens 2.8.6, 2.8.9, 2.8.10 e 2.8.11.

2.12.1.10.1. O prazo mencionado neste item será cumulativo com o prazo estabelecido no item 1 (plataforma de gestão), ou seja, 3 dias a contar da solicitação do pregoeiro e 01 dia para execução.

2.12.1.11. A empresa que não comparecer no dia e hora previamente agendados para a realização da Sessão Pública da Prova de Conceito, será automaticamente reprovada pela Comissão Técnica avaliadora.

2.12.1.12. Os RELATÓRIOS DE ANÁLISE TÉCNICA emitidos pela Unidade Técnica serão divulgados no sítio do Tribunal na página: www.tre-ms.jus.br.

2.12.2. Será exigido, no momento da habilitação, a comprovação da qualificação técnica OPERACIONAL do licitante primeiro colocado.

2.12.2.1. A referida comprovação consistirá em:

a) apresentação de Atestado de Capacidade Técnica que deverá comprovar que a empresa tenha executado, de forma satisfatória, serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva de DataCenter Container, com características pertinentes e compatíveis com as descritas neste Estudo Preliminar, demonstrando, no mínimo:

a.1) Manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica em sistemas de energia elétrica;

a.2) Manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica em sistemas de ar condicionado;

a.3) Manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica em sistema de detecção, alarme e combate a incêndio com utilização de gás inerte tipo FM 200 ou similar;

a.4) Execução de Teste de Estanqueidade em sala cofre certificada;

a.5) Execução de Análise Termográfica.

a.6) Os atestados de capacidade técnica, a serem utilizados para comprovação dos serviços executados, deverão referir-se a um período mínimo de 3 (três) anos.

b) Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da região a que estiver vinculada a CONTRATANTE, que comprove atividades de **Engenharia Civil** (artigo 7º da Resolução Confea 218/73), **Engenharia Elétrica** (artigo 8º e artigo 9º da Resolução Confea 218/73) e **Engenharia Mecânica** (artigo 12º da Resolução Confea 218/73).

b.1) A exigência de Engenheiro Civil tem respaldo na necessidade de execução de análise estrutural da base de concreto/fundações durante a vigência do contrato que suporta a solução *Datacenter* Modular.

b.2) A exigência de Engenheiro Elétrico faz-se necessária em função das atividades a serem realizadas tais como: avaliação de geradores, cabine de força, quadros elétricos, nobreaks etc.

b.3) A exigência de Engenheiro Mecânico faz-se necessária em função das atividades a serem realizadas tais como: funcionamento de todos os equipamentos que compõem a solução do datacenter modular tais como: ar-condicionado de precisão, racks, geradores, nobreaks etc.

c) Declaração de que a licitante dispõe de pessoal técnico capacitado para a execução de atividades no ramo de serviço de manutenção preventiva e corretiva em datacenter modular ou sala cofre. A comprovação de experiência profissional mínima de 5 (cinco) anos de atuação dos profissionais de engenharia será realizada no momento da lavratura do contrato.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A solução permitirá a substituição e teste da funcionalidade dentro de prazos adequados que não impactem a disponibilidade do datacenter container.

3.2. A atual demanda ordinária da contratação do serviço para Justiça Eleitoral do Mato Grosso do Sul inclui, mas não se limita, a:

3.2.1. Manter a disponibilidade dos sistemas e subsistemas do Datacenter Container;

3.2.2. Agir proativamente conforme apontamentos do monitoramento;

3.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual 2023, conforme Processo SEI 0009204-19.2022.6.12.8000 (Documento 1440787), publicado na página deste TRE/MS na internet.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de capacitação

4.1.1. Nos termos da cláusula 2.4.5, 2.7.3.8 e 2.3.6, a contratada deverá realizar treinamento para a equipe do Contratante.

4.2. Requisitos Legais

4.2.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 (Pesquisa de preços), Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), Resolução CNJ 468/2022 e a outras legislações aplicáveis.

4.3. Requisitos de manutenção

4.3.1. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções (corretivas/preventivas/adaptativa/evolutiva) pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades;

4.4. Requisitos de Experiência Profissional

4.4.1. Os serviços deverão ser prestados por técnicos/analistas devidamente capacitados.

4.4.2. No momento de assinatura do contrato, a contratada deverá comprovar possuir em seu quadro funcional, profissionais de nível superior, devidamente registrados junto ao CREA que estabeleça atribuições para execução de atividades no ramo de serviço de manutenção preventiva e corretiva em datacenter modular ou sala cofre, detentor de acervo técnico mínimo exigido para esta contratação.

4.4.2.1. A comprovação da vinculação do profissional detentor do acervo técnico (ART) poderá ser, dentre outros meios, da seguinte forma:

4.4.2.1.1. Se empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

4.4.2.1.2. Se sócio: Contrato Social, com todas as alterações, devidamente registradas no órgão competente;

4.4.2.1.3. Se diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de empresa individual ou limitada; ou ainda, cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

4.4.2.1.4. através do Contrato de Prestação de Serviço;

4.4.2.1.5. através de Certidão de Registro da licitante no CREA (desde que nesta Certidão conste o nome do profissional);

4.4.2.1.6. através de declaração da contratação futura do profissional (desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional).

4.4.2.2. Os profissionais indicados pela licitante para elaboração dos serviços deverão comprovar suas qualificações técnicas mediante a apresentação da documentação abaixo:

4.4.2.2.1. Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA dos profissionais;

4.4.2.2.2. Comprovação de atuação de pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada, na execução dos serviços relacionados no Termo de Referência, por cada profissional.

4.4. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.4.1. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo CONTRATANTE, que dará ciência, à CONTRATADA, de eventuais ocorrências durante a execução dos serviços.

4.4.2. Não há obrigatoriedade de realização de vistoria prévia do local de execução dos serviços.

4.6. Sustentabilidade

4.6.1. A CONTRATADA deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

4.6.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;

4.6.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.6.1.3. Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.6.1.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva ROHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDES);

4.6.1.5. Que sejam utilizados produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.6.1.7. Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

4.6.1.8. Respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;

4.6.1.9. Os documentos e/ou relatórios deverão ser entregues, sempre que possível, por via informatizada de forma a não utilizar papel ou outro insumo semelhante;

4.6.1.10. Caso a impressão seja necessária, a contratada deve adotar práticas de impressão sustentáveis, como a utilização de papel reciclado, impressão frente e verso e a minimização do uso de tintas prejudiciais ao meio ambiente;

4.6.1.11. Este TRE, quando da redação da cláusula que estipula os horários de realização dos serviços, deu preferência por conciliar com horários de funcionamento do órgão onde a energia e demais insumos já são utilizados.

4.6.1.12. As embalagens a serem utilizadas na realização dos serviços, sempre que possível, deverá ser de material de baixo impacto ecológico.

4.6.1.13. A empresa contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

4.7. Não é admitida a sucontratação do objeto contratual.

4.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.8.1. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações do CONTRATANTE:

5.1.1. requisitar a prestação dos serviços, na forma prevista neste Termo de Referência;

5.1.2. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.3. encaminhar formalmente a demanda por meio e-mail, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.4. exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação;

5.1.5. receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.6. verificar a manutenção pela CONTRATADA das condições de habilitação estabelecidas na licitação;

5.1.7. aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

5.1.8. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.9. comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.10. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência;

5.1.11. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.12. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações da CONTRATADA

5.2.1. Prestar ao TRE/MS os serviços objeto desta contratação, conforme estabelecido neste Termo de Referência, no Edital de Licitação e nos demais anexos, obedecendo à regulamentação aplicável;

5.2.2. Fornecer Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), 24 horas por dia, sete dias por semana, durante toda a vigência da contratação, por meio de chamada telefônica, sem nenhum ônus ao TRE/MS, a fim de que seja possível registrar reclamações sobre o funcionamento do serviço contratado, obter suporte técnico e esclarecimentos;

5.2.3. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado, não podendo

transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço. A FISCALIZAÇÃO não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade das Contratadas para terceiros, exceto no caso de transferência de Contratos de Concessão ou de Permissão, ou de Termo de Autorização.

5.2.4. Responsabilizar-se pelas infrações à regulamentação aplicável ao objeto da contratação, que consistirão em infrações contratuais quando comprometerem os serviços prestados ao TRE/MS;

5.2.5. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação;

5.2.6. Receber os valores que lhe forem devidos pelo pela prestação dos serviços, na forma disposta neste Termo de Referência;

5.2.7. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020);

5.2.8. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.

5.2.9. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio;

5.2.10. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.11. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.12. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.13. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.14. fazer a transição contratual, quando for o caso;

5.2.15. Dar plena ciência do disposto na Portaria Direção-geral nº 176/2023 TRE/PRE/DG/GABDG, a qual dispõe sobre os procedimentos para apuração e aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais decorrentes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul;

5.2.16. A equipe executora dos serviços deverá estar uniformizada e devidamente identificada (crachá e documento oficial).

5.2.17. Fornecer aos seus funcionários EPIs, conforme normas técnicas vigentes, e responsabilizar-se por seu uso obrigatório, durante todo período de execução dos serviços, bem como as ferramentas e os equipamentos necessários para a execução de todos os serviços previstos neste Termo de Referência, tais como: capacete, luvas, óculos de segurança, protetores auriculares, etc.

5.2.18. Atualizar, sempre que necessário, a relação nominal de identificação dos profissionais que executarão os serviços técnicos.

5.2.18.1. A ausência de um profissional na relação nominal poderá impedi-lo de entrar nas dependências do Tribunal, com responsabilidade total da CONTRATADA na eventual inexecução de quaisquer serviços.

5.2.18.2. A CONTRATADA deverá enviar a identificação do profissional até o dia útil anterior à realização do serviço, caso o mesmo não esteja na relação nominal.

5.2.19. Acatar as recomendações efetuadas pela equipe de gestão e fiscalização do contrato.

5.2.20. Registrar, por meio de relatório manuscrito ou digitado, a ser entregue ao Contratante, todas as ocorrências verificadas durante as intervenções técnicas, no prazo máximo de 3 dias úteis da constatação do ocorrido, para adoção das medidas cabíveis. Nesse registro, deverá constar o horário do atendimento, o procedimento realizado e o nome do profissional que o executou.

5.2.21. Participar de reunião com a fiscalização nas dependências da Sede do CONTRATANTE em até 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato.

5.2.22. Realizar reunião técnica com a fiscalização sempre que for solicitada.

5.2.23. Informar, no ato da assinatura do contrato, o canal de acesso para abertura de chamados e o prazo para implantação do sistema de monitoramento em tempo real.

5.2.24. Executar, com observação dos prazos e exigências, as obrigações constantes do objeto deste Termo de Referência.

5.2.25. Dispor de todas as ferramentas e equipamentos, de acordo com as normas técnicas vigentes, para os tipos de serviços a serem realizados.

5.2.26. Estabelecer, na reunião inicial, em comum acordo com o CONTRATANTE, o cronograma com as datas para as manutenções preventivas.

5.2.27. A CONTRATADA deverá prestar o serviço de forma contínua.

5.2.28. Todas as peças de reposição e materiais auxiliares, com exceção do: **1) Fornecimento de óleo combustível para os Grupos Motor Gerador, 2) Baterias, capacitores e ventiladores do nobreak e 3) Gás do sistema de combate a incêndio (FM-200)**, serão parte do escopo do contrato, e todas as despesas inerentes aos procedimentos serão de responsabilidade da CONTRATADA

5.2.29. Não serão pagos quaisquer valores de horas de serviços adicionais para execução de serviços de manutenção preventiva, corretiva ou suporte.

5.2.30. A Contratada providenciará, a qualquer tempo, as revisões de engenharia que forem classificadas como obrigatórias pelo fabricante do datacenter modular, durante toda a vigência do contrato, ou por força de normativos técnicos vinculantes.

5.2.31. Os profissionais da CONTRATADA envolvidos na manutenção corretiva ou preventiva não poderão ter qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

5.2.32. Fazer com que seus empregados se submetam aos regulamentos de segurança e disciplina, durante o período de permanência nas dependências do TRE-MS, recomendando-se o uso de uniforme da empresa, não sendo permitido o acesso dos funcionários que estejam utilizando trajes sumários (shorts, camisetas regatas, sem camisa ou usando chinelos de dedo).

5.2.32.1. A fiscalização notificará a CONTRATADA, por e-mail, acerca da necessidade de substituição de qualquer profissional vinculado à empresa cuja atuação, permanência, comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do Tribunal ou ao interesse da Administração Pública.

5.2.33. Registrar, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço emitida pelo fiscal do Contrato, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pelos serviços objeto deste Termo de Referência, em nome de engenheiro(s), devidamente(s) qualificado(s) para esse fim, pertencente(s) ao seu quadro técnico.

5.2.33.1. O registro e a ART deverão estar sempre atualizadas naquele Conselho.

5.2.34. Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação

5.2.35. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.

5.2.35.1. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos suportados não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto do contrato.

5.2.36. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto deste Termo de Referência.

5.2.37. Não transferir a outrem no todo ou em parte o objeto do contrato.

5.2.38. Comunicar à fiscalização do contrato, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais.

5.2.39. Disponibilizar e manter atualizados os contatos de telefone, e-mail ou outro meio hábil para comunicação com o TRE-MS.

5.2.40. Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos de qualquer forma ou prestadas pelo TRE-MS, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros, bem como a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à CONTRATADA, durante e após a vigência do contrato.

5.2.41. Realizar treinamento para até 5 (cinco) servidores da equipe técnica do CONTRATANTE, conforme estabelecido no Anexo I.c, em data a ser definida em comum acordo entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA.

5.2.42. O saldo contratual, porventura existente no final da vigência do contrato, ficará automaticamente decrescido do valor da contratação, nos termos do artigo 124, I, b, c/c 126, ambos da Lei 14.133/2021, **estando o contratante autorizado a efetivar a devida correção no saldo de empenho.**

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. Os serviços serão prestados no prédio-sede do TRE-MS, sito na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, nº 23, Parque dos Poderes, Campo Grande-MS.

6.1.1. A empresa, através do plano de manutenção, deverá agendar previamente o dia e horário para as manutenções preventivas, no horário das 12:00h as 18:00h (preferencialmente), de segunda à sexta-feira, através do telefone (67) 2107- 7123 com Clodoaldo Fonseca e Ulysses Neto.

6.2. O PRAZO MÁXIMO para início da prestação dos serviços é de 15 (quinze) dias, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

6.2. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

6.3. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6.4. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.4.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.

6.4.2. O modelo de Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS I "d" e I "e".

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3.1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa à prestação dos serviços/fornecimento ficarão a cargo de servidor pertencente ao quadro deste Tribunal.

7.3.2. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização

7.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), observando-se, em especial, as rotinas a seguir:

7.5.1. Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.5.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.5.3. Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.5.5. Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.6. Verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6.1. Atuar tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.6.2. manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.6.3. formalizar processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.6.4. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.6.5. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.6.5.1. requisitar a prestação dos serviços e/ou fornecimento, mediante Ofício ou Requisição de fornecimento;

7.6.5.2. exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral,

decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da CONTRATADA.

7.6.5.3. conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

7.6.5.4. outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PARA PAGAMENTO

Do recebimento

8.1. Os recebimento provisório será realizado pela fiscalização (STI), no prazo de 02 (dois) dias, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

8.1.1. apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do serviço, quantidade, preços unitário e total; e

8.1.2. compatibilidade dos serviços entregues com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa.

8.2. Atendidas as condições indicadas na cláusula acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

8.2.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

8.3. O prazo constante na cláusula 8.1. será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.4. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços.

8.5. A fiscalização não efetuará o ateste dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

8.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.8. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9. DA LIQUIDAÇÃO

9.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

9.2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

9.3. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS), trabalhista e manutenção das demais condições de habilitação exigidas no edital.

9.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

9.5. Constatando-se situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

9.5.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não

aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

9.5.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.6. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. PRAZO DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será mensal e efetuado no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto pela fiscalização, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente válida e em nome da empresa, indicados pela CONTRATADA.

10.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, se este for devido.

10.4. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.5. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

11.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global.

11.3. Será dado direito de preferência previsto na Lei Complementar n.º 123/2006 à licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha declarado seu enquadramento como tal.

11.4. A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos serviços ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

11.5. Para essa contratação será realizada a Prova de Conceito (POC), a ser realizada de forma on-line, nos termos da cláusula 2.12.1, capítulo 2 deste Termo de Referência.

11.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a. CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;

b. CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

d. Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema.

e. CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO (CAT) emitida pelo CREA/CAU ou ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a EMPRESA LICITANTE já executou serviço compatível com o objeto desta licitação, nos termos da alínea "a", cláusula 2.12.2.1, capítulo 2 deste Termo de Referência.

f. REGISTRO EM ÓRGÃO DE CLASSE - Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da região a que estiver vinculada a CONTRATANTE, que comprove atividades de Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica;

g. CERTIDÃO DE FALÊNCIA - CERTIDÃO NEGATIVA DE FEITOS SOBRE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, expedida pelo Distribuidor da sede da Pessoa Jurídica;

g.1. A apresentação de certidão positiva de feitos sobre recuperação judicial e extrajudicial não ensejará a imediata inabilitação do licitante. A empresa que se encontrar em recuperação judicial/extrajudicial deverá apresentar, juntamente com a certidão positiva, a comprovação de que seu plano de recuperação foi aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida.
g.2. A certidão em que não constar prazo de validade, será atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão;

h) DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE: atestando que a licitante dispõe de pessoal técnico capacitado para a execução de atividades no ramo de serviço de manutenção preventiva e corretiva em data center modular ou sala cofre.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado anual da contratação é de R\$ 1.627.772,40 (um milhão, seiscentos e vinte e sete mil setecentos e setenta e dois Reais e quarenta centavos), para 60 (sessenta) meses, conforme custos unitários apostos no mapa comparativo de preços.

12.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre CONTRATANTE e CONTRATADA, conforme especificado na matriz de risco.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

a) Gestão/Unidade: 14112 - TRE-MS;

b) Fonte de Recursos: : 20GP - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa;

c) Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0054;

d) Elemento de Despesa: 3390.40.13- Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. As disposições quanto as infrações e sanções administrativas estão previstas no Anexo II - Termo de Contrato Administrativo.

MARCELO SILVA DE NOVAES
Integrante Demandante

ULYSSES ALMEIDA PEREIRA NETO
Integrante Técnico

SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI
Integrante Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI, Técnico Judiciário**, em 05/09/2023, às 14:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ULYSSES PEREIRA DE ALMEIDA NETO, Analista Judiciário**, em 05/09/2023, às 18:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO SILVA DE NOVAES, Coordenador(a)**, em 06/09/2023, às 10:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1482455** e o código CRC **D5CA38F5**.



0004037-84.2023.6.12.8000

1482455v91